



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA  
Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD

**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Pregão Eletrônico**  
**Menor preço**

**CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE APOIO À FISCALIZAÇÃO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE ENGENHARIA, VISANDO A IMPLANTAÇÃO DE PONTE EM CONCRETO ARMADO SOBRE O RIO MELCHIOR, NA REGIÃO ADMINISTRATIVA DA CEILÂNDIA, DISTRITO FEDERAL.**

**JUNHO/2025**



## ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	6
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO.....	6
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS .....	6
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	16
7.	VISITA AO LOCAL DAS OBRAS .....	17
8.	PROPOSTA FINANCEIRA .....	18
9.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO .....	19
10.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E REFERÊNCIA DE PREÇOS .....	21
11.	PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA .....	22
12.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	22
13.	REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS.....	23
14.	ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO .....	23
15.	ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS.....	24
16.	APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS .....	25
17.	MULTAS .....	26
18.	GARANTIA DE EXECUÇÃO .....	27
19.	FISCALIZAÇÃO .....	28
20.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS.....	31
21.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO .....	31
22.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....	32
23.	OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA .....	36
24.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	40
25.	MATRIZ DE RISCO .....	41
26.	CONDIÇÕES GERAIS .....	42
27.	ANEXOS .....	45



## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Contratação dos serviços de apoio à fiscalização para execução das obras de engenharia, visando a implantação de ponte em concreto armado sobre o Rio Melchior, na região administrativa da Ceilândia, Distrito Federal.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Supervisão / gerenciamento / fiscalização - projeto construção / obras civis	1341	UNIDADE	1

### 2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**TERMO DE REFERÊNCIA** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os bens a serem fornecidos, capazes de propiciar avaliação do custo pela administração diante de orçamento detalhado, definição dos métodos, estratégia de suprimento, valor estimado em planilhas de acordo com o preço de mercado, cronograma físico-financeiro, se for o caso, critério de aceitação do objeto, deveres do contratado e do contratante, procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato, prazo de execução e sanções, de forma clara, concisa e objetiva.

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**ÁREA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA** – Unidade da administração superior da CODEVASF, a qual estão afetas as demais unidades técnicas que têm por competência a fiscalização e a coordenação dos fornecimentos/serviços, objetos deste Termo de Referência.

**CODEVASF/SEDE** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, situada em (Brasília/ DF), em cuja jurisdição territorial se realizará os fornecimentos objeto deste Termo de Referência.

**CATMAT** – É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de materiais, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

**CATSERV** - É um módulo do SIASG denominado Sistema de Catalogação de serviços, onde é realizada a inclusão de itens, bem como a sua consulta. Todos os procedimentos para a sua utilização constam dos Manuais disponíveis no Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).



**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos fornecimentos.

**CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** – representação gráfica da programação parcial ou total de um serviço no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO:** Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termo de Referência.

**EDITAL:** Documento pelo qual a CODEVASF divulga o objeto a ser licitado e a minuta do contrato, bem como regula o procedimento licitatório a ser realizado, estabelecendo toda a **SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da CODEVASF, em cuja jurisdição territorial localiza-se os serviços objeto deste Termo de Referência

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**IRP- INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:** instrumento a ser operacionalizado por módulo do Sistema de Administração e Serviços Gerais – SIASG e que será utilizado pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais – SISG para registro e/ou divulgação dos itens a serem licitados.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**NOTA DE EMPENHO (NE)** - Documento utilizado para registrar as operações que envolvam despesas orçamentárias, onde é indicado o nome do credor, a especificação e a importância da despesa.

**PLANILHA DE CUSTOS DA PROPONENTE:** Representa o produto do somatório do preço da Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto ofertado pela Licitante.

**PLANILHA DE CUSTOS DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA:** Representa o produto do somatório do preço de referência da CODEVASF de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.



**PLANO DE TRABALHO (PT):** Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**ORDEM DE SERVIÇO (OS) -** Documento formal emitido pela CODEVASF com as especificações detalhadas do serviço/produto individual (parte do contrato) a ser elaborado pela CONTRATADA, para o qual o faturamento relacionado ao recurso é executado na conclusão.

**PROJETO BÁSICO:** Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços de engenharia e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

**PROJETO EXECUTIVO:** É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviços de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

**PROPOSTA FINANCEIRA:** Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**RELATÓRIO TÉCNICO:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de campo da Contratada para cada via visitada.

**RELATÓRIO TÉCNICO DE FISCALIZAÇÃO:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de vistoria da Contratada para cada via a ser fiscalizada, referente à especificação e qualidade técnica dos serviços em execução pela empresa de executora, conforme modelo de relatório disponibilizado pela CODEVASF.

**RELATÓRIO TÉCNICO DE ATESTO/MEDIÇÃO:** Documento a ser emitido pela CONTRATADA contendo as informações coletadas pela equipe de vistoria da Contratada para cada via.



**REUNIÃO DE PARTIDA (START UP)** – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, CODEVASF e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o start up da execução das obras ou serviços de engenharia.

**SIASG** - é um conjunto informatizado de ferramentas para operacionalizar internamente o funcionamento sistêmico das atividades de gestão de materiais, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos. É utilizado por várias entidades da Administração Pública Federal (Ministérios, Secretarias, etc.). Pode ser acessado pelo Portal de Compras do Governo Federal: [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

### **3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

3.1. **Forma de Realização:** Por meio de sessão pública realizada pela rede mundial de computadores ([www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br)). O presente pregão eletrônico reger-se-á pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e pelo Decreto nº 10.024/2019, no ambiente eletrônico, no sítio do Compras Governamentais: [www.gov.br/compras/pt-br](http://www.gov.br/compras/pt-br).

3.2. **Modo de Disputa:** Aberto, conforme art. 32 do Decreto nº 10.024/2019 e art. 56 Lei Nº 14.133/2021.

3.3. **Regime de Execução:** Empreitada por preço unitário.

3.4. **Valor estimado:** Público.

3.5. **Critério de Julgamento:** Menor preço

3.5.1. Intervalo mínimo entre os lances: 0,5% (meio por cento) que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.6. **Procedimento Licitatório:** Pregão

### **4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO**

4.1. Contratação dos serviços de apoio à fiscalização para execução das obras de engenharia, visando a implantação de ponte em concreto armado sobre o Rio Melchior, na região administrativa da Ceilândia, Distrito Federal. O local município pode ser verificado no Anexo VIII (Relação dos Municípios na Área de Atuação da Codevasf) deste Termo de Referência.

### **5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

5.1. Os serviços objeto do presente Termo de Referência compreendem:

5.1.1. Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras;

5.1.1.1. Supervisão do contrato e acompanhamentos das obras:

I) Técnico:



- a) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual das jazidas de onde serão retirados os materiais para a construção das obras, comunicando à Fiscalização da CODEVASF sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;
- b) Orientar, indicando à Construtora, via autorização ambiental municipal ou estadual dos bota-foras onde serão depositados os materiais oriundos das obras, comunicando à Fiscalização da CODEVASF sobre as distâncias dos locais onde serão utilizados;
- c) Exigir da Construtora a manutenção e conservação das instalações permanentes, provisórias e do Canteiro de Obras, o cumprimento das Normas Técnicas de Construção e Montagem, a adoção de medidas de segurança e higiene no trabalho, a disciplina, vigilância, limpeza e iluminação dos locais de trabalho e adjacências;
- d) Verificar os trabalhos de campo quanto aos suprimentos e a programação das etapas de construção;
- e) Mobilizar, em caráter eventual ou quando solicitado pela CODEVASF, técnicos especializados para o cumprimento de determinadas tarefas relacionadas com a execução das obras;
- f) Registrar os problemas provocados pelas chuvas, bem como fornecer a fiscalização índices e registros oficiais pluviométricos;
- g) Exigir da Construtora o atendimento ao controle ambiental de obras, dos dispositivos previstos nos termos de licenciamento ambiental, produzindo relatórios para a comprovação do atendimento aos condicionantes da Licença de Instalação e para a instrução do Licenciamento de Operação, bem como o fiel cumprimento do estabelecido no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e demais normativos que versem sobre a temática ambiental;
- h) Preparar e manter no canteiro de obras o Diário de Ocorrências, para registro dos fatos diários. Acompanhar o Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, condições climáticas, mão-de-obra, etc., como também reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela Contratada em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras/serviços;
- i) Arquivar a documentação de fiscalização a ser repassada à CODEVASF na conclusão dos serviços;
- j) Elaborar os Relatórios de Andamento, acompanhado de fotografias digitais (mensalmente), bem como emitir os Relatório de Acompanhamento Físico de Contratos – RAF, ATO e Relatório de atendimento as condicionantes ambientais. O RAF deverá ser assinado pelo engenheiro residente, relatório de obra pelo engenheiro residente e responsável técnico da Construtora e o relatório ambiental pelo engenheiro residente e engenheiro ambiental, nesse último caso a ser contratado pela Construtora, sendo de sua responsabilidade;
- k) Elaborar os Relatórios Parciais e Específicos sobre a evolução das obras ou referentes a problemas que venham a surgir durante o andamento dos serviços, de acordo com as solicitações da Fiscalização da CODEVASF;
- l) Elaborar o Relatório Final, incluso verificação do cadastro apresentado pela contratada e elaboração dos projetos “as built” da ETA, elevatórias, travessias e demais dispositivos/estruturas constituintes das obras como TAUS, por exemplo.



- m) Acompanhar a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro;
- n) Verificar a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e serviços executados;
- o) Elaborar a pré-medição para aprovação da Fiscalização da CODEVASF;
- p) Assessorar na supervisão técnica e aprovação dos serviços;
- q) Analisar e, se necessário, complementar os dados topográficos e geotécnicos existentes;
- r) Analisar as planilhas de quantidades e compatibilizá-las com as especificações e normas de medição e pagamento;
- s) Verificar as execuções dos serviços em relação às especificações técnicas e projetos licitados pela CODEVASF;
- t) Analisar e validar as especificações técnicas existentes e, quando necessário, emitir especificações complementares;
- u) Assessoramento na elaboração de termos de referência, projetos básicos e/ou executivos, orçamentos, especificações técnicas e plantas;
- v) Apoiar à CODEVASF na preparação de documentos técnicos e pareceres para apresentação perante os diversos órgãos de controle e entidades intervenientes;
- w) Revisar/atualizar os quantitativos e orçamento, conforme critérios adotados pela CODEVASF;
- x) Avaliar e sugerir retificações e complementações do Projeto Executivo, através de relatórios técnicos, durante a execução dos objetos conveniados/contratados para aprovação da CODEVASF e Técnico responsável pelo projeto;
- y) Acompanhar a elaboração dos desenhos de retificações e complementações do projeto, bem como do relatório final através dos desenhos "*as built*";
- z) Acompanhar a vistoria técnica dos órgãos que autorizaram a execução de travessias (concessionárias locais e demais órgãos), quando necessário;
- aa) A Contratada deverá cobrar da construtora o alvará de construção, quando necessário, e a ART quitada do engenheiro da construtora que irá executar a obra;
- bb) A Contratada deverá, junto com a construtora, elaborar ou aprovar o canteiro de obra e as placas de divulgação;
- cc) A empresa de apoio deverá relatar no diário de obras os fatos ocorridos no dia, bem como a aceitação de materiais e equipamentos entregue na obra. Caso seja rejeitado algum material ou equipamento deverá ser feito um parecer técnico para que seja enviado ao fiscal da CODEVASF e este tomará as providências junto à construtora para substituição do mesmo;
- dd) O livro de ocorrência da obra deverá ter o nome do município, número do termo de compromisso / contrato da CODEVASF, nome da empresa construtora e de Apoio à Fiscalização, data, condições do tempo, percentual executado acumulativo do cronograma físico-financeiro, descrição das atividades, espaço para relatar acidentes de trabalho, espaço para assinatura do técnico da construtora, engenheiro e o fiscal da CODEVASF. O diário de obras deverá ser feito em 3 (três) vias que, ao final, a 1ª via ficará com a CODEVASF, a 2ª via com a construtora e a 3ª via com Contratada do Apoio à Fiscalização;
- ee) Todo primeiro dia útil de cada mês a empresa de apoio deverá cobrar e colocar no escritório da construtora o cronograma das atividades que serão realizadas no mês, bem como o percentual dos serviços realizados no mês anterior e a



atualização do cronograma físico-financeiro, todos confeccionados em conjunto com a construtora;

- ff) A contratada deverá sempre solicitar da construtora que não deixe estranhos entrarem no canteiro de obras e que esta sempre forneça o EPI e EPC novos para seus empregados.

#### 5.1.1.2. Aprovação dos detalhamentos construtivos:

- a) Aprovar os detalhamentos construtivos a serem elaborados pelas Construtoras para atender as necessidades do projeto básico. Nesses detalhamentos devem constar as ART's dos profissionais que os elaboraram;
- b) Acompanhar a aprovação dos detalhamentos Construtivos nos Órgãos Responsáveis junto a Construtora.

#### 5.1.1.3. Verificação dos serviços:

- a) Verificar os serviços topográficos, utilizando, quando julgado necessário, topógrafo próprio;
- b) Verificar os serviços geotécnicos junto ao técnico laboratorista de solos da Construtora;
- c) Desenvolver atividades de controle e acompanhamento das obras e fornecimentos de forma a atingir as metas e prazos pré-estabelecidos pela CODEVASF ou por preposto por ela designado;
- d) Verificar os serviços de concretagem junto ao técnico de concreto da Construtora;
- e) Verificar as dimensões, cotas e detalhes estabelecidos no projeto básico;
- f) Verificar o acabamento final da obra.

### 5.1.2. Equipe Técnica

#### 5.1.2.1. Os trabalhos deverão ser executados pela seguinte equipe técnica:

Profissional	Qtde	Atribuições
<b>Engenheiro Júnior (campo)</b>	8	Engenheiro de campo graduado em Engenharia Civil, responsável pela coordenação dos contratos, medições, acompanhamento das obras e pelas equipes de campo, com experiência mínima de 5 anos na execução ou supervisão de Obras de Arte Especiais (OAE) ou estruturas similares, além de experiência comprovada no uso da metodologia BIM.
<b>Técnico profissional especial</b>	8	Responsável técnico por auxiliar engenheiro no acompanhamento, medição, controle de materiais, orçamentos e relatórios das obras, com experiência mínima de 2 anos nos respectivos serviços.
<b>Técnico auxiliar (laboratorista)</b>	8	Técnico de nível médio, com experiência em ensaios e controle tecnológico de solos.

#### 5.1.2.2. Todos os empregados a serem contratados deverão comprovar vínculo empregatício, por meio de carteira de trabalho e previdência social – CTPS assinada.



### 5.1.3. Funções dos profissionais

#### I) Engenheiro Junior:

- a) Responsável pela aprovação dos detalhamentos construtivos (onde houver) junto à construtora baseados nas normas da ABNT, bem como dos órgãos responsáveis pela aprovação final como as companhias estaduais de energia elétrica, prefeituras, DNIT, DER e outras entidades em cujas áreas de atuação destinam-se os detalhamentos;
- b) Responsável no que se referir aos detalhamentos construtivos aprovados nos órgãos responsáveis, junto à construtora;
- c) Será responsável pelas autorizações de intervenções ou serviços sem autorizações para supressão vegetal e liberações dos órgãos ambientais;
- d) Caso o projeto executivo esteja em conflito com as condições “in loco”, ou seja, interferências gerais, na estrutura da ponte, vias de acesso e infraestrutura, será de responsabilidade do fiscal do contrato da CODEVASF e da CONSTRUTORA apresentar e gerenciar junto à equipe de campo a solução técnica mais adequada através de relatório técnico.
- e) Será responsável por comunicar à CODEVASF das necessidades de retificação/complementação do projeto executivo;
- f) Responsável por cobrar apoio dos técnicos e topógrafo na fiscalização e implantação/ação do apoio à fiscalização no campo;
- g) Responsável por garantir que os serviços dos técnicos e topógrafo sejam executados sempre que solicitados pela fiscalização da CODEVASF;
- h) Responsável pela elaboração dos relatórios solicitados pela CODEVASF, bem como, pelo gerenciamento dos relatórios de responsabilidade dos demais membros da equipe de apoio à fiscalização, assim como, do técnico laboratorista;
- i) Coordenará os técnicos profissionais no acompanhamento das obras;
- j) Responsável pelos técnicos e topógrafo no que se referir ao fornecimento de informações repassadas à fiscalização da CODEVASF, para aprovação, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços executados pela construtora, atualização do cronograma físico-financeiro e a pré-medição dos serviços e obras a faturar. Após conferência e aprovação da mesma pela CODEVASF, efetuará a medição definitiva do mês para a CODEVASF;

#### II) Técnico profissional especial:

- a) Deverá acompanhar os serviços executados pelas empresas contratadas, bem como, elaborar os relatórios mensais de fiscalização;
- b) Deverá informar à CODEVASF todos os empecilhos e divergências do projeto com as necessidades executivas das obras através de relatórios técnicos;
- c) Deverão entregar mensalmente os relatórios das atividades executadas, com a ratificação do engenheiro responsável;



- d) Deverão elaborar pareceres técnicos consistentes para quaisquer alterações de projetos, prazos ou adequações de planilhas solicitadas pela contratada.

### III) Técnico auxiliar (laboratorista):

- a) Juntamente com os engenheiros juniores e a fiscalização da CODEVASF, acompanharão as obras com a responsabilidade das anotações no diário de obras, documentando as anotações com fotos, verificarão as execuções dos serviços em relação às especificações técnicas do projeto, acompanharão a execução dos serviços em relação ao cronograma físico-financeiro, verificarão a aplicação das normas de segurança do trabalho e a qualidade dos materiais e equipamentos utilizados e dos serviços executados;
- b) Deverão sempre informar aos engenheiros juniores, para que estes informem à fiscalização da CODEVASF, através de relatório mensal de andamento, os detalhes dos serviços executados e atualização do cronograma físico-financeiro;
- c) Deverão, junto com o engenheiro júnior, elaborar as pré-medições mensais para aprovação da fiscalização da CODEVASF, e após conferência da mesma, deverão elaborar as medições definitivas do mês para a CODEVASF;
- d) Serão responsáveis pelo acompanhamento das obras de modo que atendam ao cronograma físico previsto pela Construtora;
- e) Deverão participar e dar ciência de todas as retificações executivas necessárias para serem registradas em projeto "as built";
- f) Deverão, juntamente com os engenheiros juniores e demais técnicos das Construtoras, rever a lista de materiais do projeto para que a Construtora adquira apenas os materiais realmente necessários e verificados "in loco", bem como, as atualizações necessárias conforme detalhamentos construtivos;
- g) Deverão solicitar às frentes de serviços para atendimento do cronograma físico-financeiro em vigor;
- h) A atribuição principal do técnico auxiliar será fiscalizar e acompanhar diariamente os serviços executados e apoiar nas soluções técnicas

5.1.4. **Produtos** a serem entregues para o fiscal de contrato da CODEVASF nos prazos estipulados, por equipe diversa da equipe alocada descrita no item 5.1.2.1:

Produto	Qtde	Descrição
<b>Relatório Semanal de Obras</b>	32	Documenta o progresso físico da execução, registrando atividades realizadas, medições, recursos empregados e eventuais restrições. Assegura o controle técnico e a transparência da obra, auxiliando na fiscalização do contrato. O relatório inclui registros fotográficos e dados essenciais para monitoramento e tomada de decisões. – documento a ser realizado com informações repassadas pelos engenheiros de obra, mas com foco no gerenciamento.



<b>Consultoria de Interpretação de Projeto para Execução</b>	4	Serviço especializado prestado por profissionais (engenheiros, arquitetos ou consultores técnicos) com o objetivo de auxiliar na compreensão, análise e correta aplicação dos projetos técnicos durante a fase de execução de uma obra.
<b>Levantamento Topográfico</b>	1	Medição e representação do terreno, incluindo relevo, limites e edificações, utilizando equipamentos como estação total e GNSS conforme normas vigentes.

a) **Relatório Semanal de Obras**, deve ser elaborado em conformidade com as normas técnicas (ABNT, DNIT, DER e demais legislações vigentes), deverá conter os seguintes itens:

1. Identificação da Obra

- Nome da obra
- Localização
- Contratante e Contratada
- Número do contrato

2. Período do Relatório

- Data de início e fim da semana reportada

3. Resumo Executivo

- Principais atividades realizadas na semana
- Avanço físico percentual

4. Condições Meteorológicas

- Impacto das condições climáticas na obra
- Anexar informativo meteorológico semanal do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET))

5. Atividades Executadas

- Etapas concluídas na semana
- Quantitativos principais (m<sup>3</sup> de concreto, m<sup>2</sup> de pavimentação, etc.)

6. Atividades Planejadas para a Próxima Semana

- Serviços previstos e metas de produção

7. Recursos Empregados

- Equipamentos principais utilizados
- Mão de obra mobilizada

8. Restrições e Interferências

- Problemas encontrados e impactos na execução
- Propostas de solução

9. Segurança e Meio Ambiente

- Ocorrências de acidentes e medidas adotadas
- Cumprimento de normas ambientais

10. Anexos

- Fotos da obra
- Croquis ou plantas atualizadas
- Outros documentos relevantes

- b) **Consultoria de Interpretação de Projeto para Execução**, deverão ser elaborados em conformidade com as normas técnicas vigentes (ABNT, DNIT, DER e demais regulamentações aplicáveis) sendo representados pelos produtos enumerados adiante, contendo, preferencialmente, os documentos listados em cada produto, os quais deverão ser apresentados à fiscalização da CODEVASF, quando por ela demandados, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento da solicitação formal.

1. Análise Técnica do Projeto

- - Identificação do Projeto
- - Nome do projeto
- - Localização
- - Contratante e responsável técnico
- - Número do contrato e referência ao edital
- - Conformidade com normas técnicas (ABNT, DNIT, DER, INCRA entre outras)
- - Adequação do projeto às condições locais
- - Identificação de falhas ou inconsistências
- - Sugestões de melhorias
- - Parecer final sobre a viabilidade do projeto ou eventual alteração executiva
- - Recomendações para aprovação ou revisão da execução da obra
- - Plantas, croquis e documentos complementares
- - Fotografias da área de intervenção (se aplicável)
- - Planilhas de custos e memoriais descritivos

2. Viabilidade Técnica e Econômica

- - Identificação do Projeto
- - Nome do projeto
- - Localização
- - Contratante e responsável técnico
- - Número do contrato e referência ao edital
- - Comparação entre o projeto proposto e alternativas viáveis
- - Avaliação dos custos estimados
- - Impacto no cronograma da obra
- - Parecer final sobre a viabilidade econômica do projeto ou de eventual alteração executiva
- - Recomendações para aprovação ou revisão dos custos de execução da obra
- - Plantas, croquis e documentos complementares (quando aplicável)
- - Fotografias da área de intervenção (se aplicável)
- - Planilhas de custos e memórias correlatas

3. Análise de Execução e Compatibilidade

- - Identificação do Projeto
- - Nome do projeto
- - Localização
- - Contratante e responsável técnico
- - Número do contrato e referência ao edital
- - Possíveis dificuldades na execução
- - Interferências com infraestruturas existentes
- - Compatibilidade com outros projetos na região
- - Parecer final sobre a viabilidade do projeto ou eventual alteração executiva
- - Recomendações para aprovação ou revisão da execução e compatibilidade da obra



- - Plantas, croquis e documentos complementares
- - Fotografias da área de intervenção (se aplicável)
- - Planilhas de custos e memoriais descritivos

#### 4 Conformidade Legal e Ambiental

- - Identificação do Projeto
- - Nome do projeto
- - Localização
- - Contratante e responsável técnico
- - Número do contrato e referência ao edital
- - Atendimento do projeto de engenharia às exigência/condicionantes de licenciamento ambiental
- - Conformidade com a legislação vigente (Lei de Licitações, Código Florestal, entre outras)
- - Impacto ambiental e medidas mitigadoras
- - Parecer final sobre a viabilidade ambiental do projeto ou de eventual alteração executiva
- - Recomendações para aprovação ou revisão da execução da obra em atendimento às condicionantes ambientais
- - Plantas, croquis e documentos complementares
- - Fotografias da área de intervenção e entorno (se aplicável)
- - Planilhas de custos e memoriais descritivos.

**Levantamento Topográfico** executado em conformidade com ABNT NBR 13.133:1994 – Execução de Levantamento topográfico e demais normas técnicas (ABNT, DNIT, DER, INCRA, etc.) apresentando:

- a) Levantamentos planimétricos e altimétricos, conforme a Norma NBR 13.133 – Execução de levantamento topográfico;
- b) Medições de serviços de pavimentação diversos (linear, área e volume), primitivo para projeto geométrico etc;
- c) Processamento dos dados coletados;
- d) Serviços de georreferenciamento;
- e) Elaboração de peças gráficas, produtos cartográficos e relatórios (inclusive de cálculo) utilizando softwares de topografia como: Topograph, Dtagosis ou TopoEVN. As peças gráficas poderão ser elaboradas em software AutoCAD;
- f) Representar a Codevasf no ambiente da obra;
- g) Acompanhar a implantação e a execução dos serviços de topografia;
- h) Proceder às medições dos serviços topográficos executados, conferindo-as e encaminhando-as ao fiscal da obra para ateste;
- i) Responder às solicitações técnicas demandadas pela empresa contratada na implantação das obras, acionando o fiscal da obra sempre que necessário, o qual acionará, se for o caso, projetistas, consultoria e a área competente da Codevasf;
- j) Realizar vistorias de obras verificando sua conformidade com as normas vigentes e o



cumprimento de orientações técnicas;

- k) Participar de operações especiais em situações de emergência;
- l) Manter o fiscal da obra permanentemente informado a respeito das irregularidades encontradas;
- m) Apresentar críticas e propor sugestões que visem tornar a fiscalização efetiva e aprimorar a agilização dos trabalhos de fiscalização, tornando-os mais eficazes e propondo medidas regularizadoras;
- n) Planejar fiscalizações, estabelecer prioridades juntamente com a fiscalização da Codevasf;
- o) Realizar outras atividades de natureza correlata demandadas pela fiscalização.

#### 5.1.5. Infraestrutura, equipamentos de escritório e veículo leve

5.1.5.1 Os insumos necessários para execução dos serviços de apoio à fiscalização são:

Insumos (locação)	Qtde	Descrição
<b>Container escritório com banheiro</b>	8	Estrutura modular projetada para oferecer um espaço de trabalho funcional e confortável no canteiro de obras com ligação de energia, água, telefone e internet.
<b>Impressora</b>	8	Impressora Laser Colorida Multifuncional
<b>Notebook</b>	16	Notebook 16 GB RAM, 500 GB HDD, Tela 14" e processador 2,8 GHz
<b>Veículo leve</b>	16	1.0 T. Flex 1.0 T. Flex 12V 5p
Insumos (aquisição)	Qtde	Descrição
Mobiliário e material de escritório	1	Armário, mesa e cadeira de escritório.

5.1.6. A Planilha de Custos do Orçamento de Referência (anexo III) apresenta o detalhamento dos seguintes itens:

- a) Proposta Financeira do Projeto: detalhamento dos custos para contratação da empresa.
- b) Recursos Gerais: Descrição dos recursos financeiros necessários para a execução do projeto, incluindo custos diretos e indiretos.
- c) Detalhamento dos Encargos Sociais (K): Especificação dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos profissionais envolvidos no projeto, com a devida discriminação dos percentuais aplicáveis.
- d) Despesas Fiscais e Custos Diversos: Discriminação das despesas fiscais (impostos, taxas, etc.) e outros custos diversos relacionados à execução do projeto.



- e) Composição de Preços de Locação de Veículos: Detalhamento dos custos de locação de veículos, incluindo tipo de veículo, período de locação, quilometragem, seguros e demais despesas.
- f) Composição do Preço Unitário Mensal para Aluguel de Mobiliário e Equipamentos de Escritório: Detalhamento dos custos de aluguel de mobiliário e equipamentos de escritório, incluindo tipo de mobiliário/equipamento, quantidade, período de locação e demais despesas.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências deste Termo de Referência e seus anexos.

### **6.2. CONSÓRCIO**

- 6.2.1. Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

### **6.3. SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.3.1. Não será permitida a subcontratação das atividades que constituem o escopo principal do objeto.
- 6.3.2. Poderá ser admitida a subcontratação parcial de atividades acessórias ou de apoio, até o limite máximo de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, desde que previamente autorizada pela administração e em conformidade com o disposto no Acórdão nº 2255/2013 – Plenário/TCU e demais normas aplicáveis.
- 6.3.3. A Codevasf reserva-se ao direito de negar a subcontratação quando não se confirmar a capacidade técnica da subcontratada no fornecimento de materiais e equipamentos similares aos da presente licitação.
- 6.3.4. A subcontratação não exclui a responsabilidade do contratado de suas responsabilidades contratuais e legais, principalmente em ações relacionadas com a segurança do trabalho.
- 6.3.5. É vedada a subcontratação total do objeto.



6.3.6. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante a Codevasf, antes do início dos trabalhos, que estão em situação regular jurídico/fiscal, previdenciária, trabalhista e técnica, e que entre os seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Codevasf.

6.3.7. A empresa vencedora será responsável pela coordenação, execução e cumprimento integral do contrato, incluindo a supervisão dos subcontratados, garantindo que todas as partes do projeto estejam em conformidade com as especificações e normas estabelecidas

#### 6.4. PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE

6.4.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, na forma prescrita na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e Decreto 8.538 de 6/10/2015.

### 7. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS

O atestado de visita ao local dos serviços não será obrigatório, porém, é de inteira responsabilidade da Licitante tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes aos locais. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos. Em caso de dúvidas relacionadas ao local onde serão executados as obras e os serviços os licitantes deverão entrar em contato com a Área de Desenvolvimento e Infraestrutura, na Sede da Codevasf, em Brasília - DF.

7.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO SERÁ OBRIGATÓRIA**, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

7.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

7.3. Os custos de visita aos locais dos serviços correrão por exclusiva conta do licitante.

7.4. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através do seu preposto.



## 8. PROPOSTA FINANCEIRA

- 8.1. As propostas deverão ser firmes e precisas, limitadas rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.
- 8.2. A proposta constitui-se dos seguintes documentos:
- a) Preço global para execução dos serviços objeto deste TR encontra-se no anexo III Planilha de do Orçamento de Referência e Cronograma físico-financeiro.
  - b) Apresentação das despesas fiscais (anexo III), mas não poderão ser considerados no Detalhamento os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.
  - c) Licitante deverá considerar na proposta o valor do ISS em conformidade com a previsão do art. 3º da Lei Complementar n.º 116/2003.
  - d) Deverá apresentar a planilha de custos dos serviços com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme modelo constante do anexo III (formulários: PFP, PFP1.2, PFP1.3, PFP-2.1, PFP-2.2, PFP-2.3 e PFP-3) que é parte integrante deste TR, observando-se os preços unitários e globais máximos orçados pela CODEVASF.
  - e) A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria, fixados por Lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho.
  - f) Ocorrendo divergência entre os dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho deverá a licitante atender o mínimo dos pisos salariais estabelecidos em Lei em sua proposta financeira.
  - g) Apresentar detalhamento dos encargos sociais (anexo III). No quadro PFP-2.1, PFP-2.2, PFP-2.3 a licitante deverá demonstrar os percentuais dos encargos sociais básicos definidos em legislação.
  - h) Os encargos que recebem incidência e reincidência dos encargos básicos devem ser corretamente definidos.
  - i) Em relação à proposta financeira, não haverá parcela de mobilização, nem de desmobilização, em função da natureza dos serviços, que não envolve canteiro de obras, não exige transporte de máquinas/equipamentos pesados.
  - j) Os serviços de escritório serão prestados no canteiro de obras, a ser definido e modificado conforme logística e avanço das obras, sob gestão da CODEVASF/Sede em Brasília, no Distrito Federal.
- 8.3. Serão considerados preços unitários inexecutáveis aqueles cujas planilhas de composição de custos unitários, salários, encargos sociais e demais insumos apresentarem desvios ou incompatibilidades evidentes em relação ao mercado e ou à legislação ou, ainda, com quantidades de serviços não compatíveis com a execução dos serviços objeto desta licitação, e que apresentar qualquer oferta de vantagem baseada em proposta das demais



empresas ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

- 8.4. Na PROPOSTA apresentada pela LICITANTE deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos futuramente contratados e executados.
- 8.5. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços descritos na Planilha de Custos da CODEVASF, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra e ao transporte até o local dos serviços. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.
- 8.6. Não poderão ser considerados no Detalhamento das Despesas Fiscais, os tributos Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme recomendação do Tribunal de Contas da União, bem como a CPMF extinta a partir de 2008. O percentual do ISS deverá ser do município onde serão prestados os serviços. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços.
- 8.6.1. No demonstrativo de despesas fiscais, deverá ser informado o regime de tributação, ou seja, se baseado no lucro real ou no lucro presumido.
- 8.6.2. As alíquotas dos tributos devem estar em conformidade com a legislação vigente, considerando o regime de tributação de acordo com o perfil jurídico-fiscal da empresa licitante.
- 8.7. O Licitante deverá prever custos com combustível, lubrificantes, manutenção, depreciação, licenciamento, seguro e impostos dos veículos em sua Proposta.

## **9. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **9.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

- 9.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:
- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.
  - b) Atestado de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privada, acompanhado (s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT – dos profissionais, expedida(s) pelo CREA da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado:



	SERVIÇOS	QUANTITATIVO
b.1	Serviços de supervisão e apoio à fiscalização durante a execução de pontes ou obras similares. Ex. viadutos e estruturas com similaridade funcional e estrutural.	Maior que 200 metros
b.2	Elaboração de projetos básicos ou executivos, ou execução ou serviços de supervisão e apoio à fiscalização de obras de infraestrutura desenvolvidas com a metodologia BIM (Modelagem da Informação da Construção).	-

- c) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnica sucinta indicando os serviços executados e o prazo final de execução.
- d) A empresa deverá demonstrar com teste de operabilidade a ser marcado pela Codevasf com 5 dias corridos de antecedência, a fim de se verificar se a licitante possui capacidade de fazer leitura e gestão de arquivos de projeto em BIM produzidos pela executora da obra.
- e) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado os serviços:

	SERVIÇOS	QUANTITATIVO
e.1	Serviços de supervisão e apoio à fiscalização ou execução de pontes ou obras similares Ex. viadutos e estruturas com similaridade funcional e estrutural.	Maior que 200 metros
e.2	Supervisão ou execução de obras de infraestrutura desenvolvidas com a metodologia BIM (Modelagem da Informação da Construção).	-

- f) Para atendimento às alíneas “b” e “d”, serão aceitas a comprovação, nos mesmos moldes, de execução de serviços com características similares ao objeto desta licitação.
- g) **Consideram-se obras similares:** aquelas que possuam características construtivas, grandezas e complexidade técnica equivalentes às do objeto deste Termo de Referência, tais como viadutos e estruturas com similaridade funcional e estrutural.
- h) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:
- O empregado;
  - O sócio;
  - O detentor de contrato de prestação de serviço.





- i) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
- j) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma.

9.1.2. No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

## **9.2. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA:**

9.2.1. Registro de patrimônio líquido mínimo no valor de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf.

9.2.2. É considerada como a parcela de maior relevância e principal deste TR, discriminados na Planilha de Custos do Orçamento de Referência (Anexo III):

### **(MO1) - Mão de obra**

- (MO1) – Engenheiro Junior;
- (MO1) – Técnico – Profissional Especial;
- (MO1) – Técnico Auxiliar (Laboratorista).

9.2.3. São considerados serviços similares, a elaboração de estudos ou projetos (básico, executivo ou “as built”) para obras de pavimentação flexível ou rígida e/ou obras de arte especiais (OAEs), tais como pontes, viadutos, túneis e passarelas.

## **10. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA E REFERÊNCIA DE PREÇOS**

- 10.1. A CODEVASF se propõe a pagar pelos serviços, objeto desta licitação, o valor máximo global de R\$ 477.615,93 (quatrocentos e setenta e sete mil, seiscentos e quinze reais e noventa e três centavos.), a preços da tabela com data-base em JUN/2025 e Tabelas de SINAPI de maio/2025; SICRO de janeiro/2025; EMBASA de janeiro/2025; ORSE de abril/2025; e SUDECAP de janeiro/2025
- 10.2. As despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da CODEVASF/Sede, correrão à conta do Programa de Trabalho nº 00SX – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – Distrito Federal, sob a gestão da Área de Desenvolvimento e Infraestrutura - AD da Codevasf.
- 10.3. No valor estimado para a contratação foi elaborado com base nos preços das Tabelas de SINAPI de maio/2025; SICRO de janeiro/2025; EMBASA de janeiro/2025; ORSE de abril/2025; e SUDECAP de janeiro/2025 atendendo o disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos os custos indiretos, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos. No orçamento de referência foram consideradas Custo de Administração, Despesas Gerais, Despesas Fiscais e Encargos Sociais:



- 10.4. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 10.5. O referido orçamento encontra-se no anexo III PLANILHAS DO ORÇAMENTO DE REFERENCIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO).

## **11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

- 11.1. O prazo de vigência do contrato é de 10 (dez) meses consecutivos, contados a partir da Assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 11.2. O prazo máximo de execução do objeto é de 8 (oito) meses consecutivos, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes.
- 11.3. O contrato terá eficácia legal a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, qualquer que seja o valor envolvido, tendo início e vencimento em dia de expediente na Codevasf, podendo ser prorrogado, caso:
- 11.3.1. Haja interesse da Codevasf;
  - 11.3.2. Sejam comprovadas as condições iniciais de habilitação financeira da contratada;
  - 11.3.3. Seja constatada em pesquisa que os preços contratados permanecem vantajosos para Codevasf;
  - 11.3.4. Esteja justificada e motivada por escrito, em processo correspondente; e
  - 11.3.5. Esteja previamente autorizada pela autoridade competente.

## **12. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

- 12.1. Os pagamentos dos serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:
- a) A CODEVASF pagará à contratada mediante a apresentação de faturas, que deverão ser acompanhadas de relatório de execução dos serviços, e parecer da fiscalização por meio do relatório de acompanhamento técnico, atestando a execução dos serviços e atividades realizadas no período.
  - b) A CODEVASF somente pagará a contratada pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.
  - c) Nos preços apresentados pelo licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas neste TR e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.



- d) Os pagamentos só poderão ser realizados com a efetiva comprovação das etapas mensais concluídas.
- e) A contratada deverá apresentar, junto com a fatura mensal, comprovante dos salários pagos e comprovantes do pagamento dos encargos sociais e trabalhistas (FGTS) e do ISS do mês anterior.
- f) Caso a CODEVASF faça a retenção do ISS não precisará apresentar o comprovante de pagamento do mesmo.

12.2. Considera-se que a aplicação da forma de pagamento definida nestes Termos de Referência remunera inteiramente a Contratada pela execução dos serviços, incluindo:

- a) Custo de mão-de-obra, salários, acordos, dissídios coletivos, equipamentos, veículos, material de consumo, etc.;
- b) Custos devidos a títulos de encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, securitárias, rescisão de contrato de pessoal, etc., conforme a legislação brasileira;
- c) Remuneração de escritório e despesas fiscais; e
- d) Moradia, alimentação e transporte.

### 13. REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

13.1. Os preços permanecerão válidos pelo período de um ano, contado da data de apresentação da proposta. Após este prazo, poderão ser reajustados, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$R = Vx \frac{(I1 - I0)}{I0}$$

Onde:

**R** = Valor do reajustamento procurado;

**V** = Valor contratual a ser reajustado;

**I1** = Refere-se ao índice INCC-Brasil-DI-Especializado – código 1465151, correspondente ao mês de aniversário da proposta;

**I0** = Refere-se ao índice INCC-Brasil-DI-Especializado – código 1465151, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

### 14. ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

14.1. A contratada deverá imprimir os projetos executivos das obras a serem fiscalizadas.

14.2. A contratada deverá fornecer veículo para locomoção dos profissionais na região do serviço:

- a) 2 (veículo) leve 71 a 115 CV com ar condicionado e direção hidráulica pelo período de 16 meses ou enquanto o contrato de supervisão e apoio estiver vigente.



- b) Incluso combustível, lubrificação, manutenção, seguro e etc, para engenheiros, técnicos e topografia, conforme demanda da Codevasf.
- 14.3. A contratada deverá fornecer todas as condições para que a sua equipe execute os serviços com segurança e logística para atenderem a necessidade da fiscalização da CODEVASF.
- 14.4. A contratada deverá fornecer 1 (uma) estação container escritório com banheiro, com mobiliário e equipamentos auxiliares para as equipes de supervisão e apoio (engenheiros, técnicos, topógrafo e auxiliar) incluso nos custos mensais das mesmas.
- 14.5. A contratada deverá fornecer notebooks 2 com configurações mínimas de: tela de 14", HD 500GB, processador de 2,8GHz e memória ram de 16GB.
- 14.6. A contratada deverá fornecer impressoras jato de tinta multifuncional com scanner e xerox e cartuchos para o escritório da obra.
- 14.7. A contratada deverá fornecer todo EPI adequado a determinada função para todos os colaboradores, como: botinas, capacetes, protetores auriculares, uniformes, creme para pele com protetor solar e etc.
- 14.8. A contratada deverá apresentar mensalmente uma programação das ações do mês subsequente para ser autorizada pelo fiscal da CODEVASF e quaisquer ações urgentes deverão ser solicitadas e autorizadas pela CODEVASF previamente.
- 14.9. A contratada deverá dar suporte com equipamentos aos laboratoristas e técnicos em eletromecânica.
- 14.10. A contratada deverá fornecer ART quitada dos engenheiros residentes para a atividade de fiscalização.

## 15. ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS

- 15.1. A empresa responsável pela supervisão técnica deverá:
- 15.1.1. Elaborar relatório **semanal** e **mensal**, seguindo demandas da fiscalização e especificações em acordo com a legislação vigente, inclusive contendo a avaliação técnica, financeira e administrativa da(s) construtora(s), tecendo comentários detalhados sobre:
- 15.1.1.1. A efetividade do(s) Sistema(s) de Gestão de Qualidade da(s) construtora(s);
- 15.1.1.2. A qualidade dos serviços de elaboração dos projetos Executivo (inclusive de desapropriações quando houver) e das obras de engenharia executadas no período;
- 15.1.1.3. O pessoal e equipamentos mobilizados pela(s) empresa(s);



15.1.1.4. A situação do(s) cronograma(s) físico-financeiro(s) de andamento dos serviços de elaboração dos projetos e de execução das obras, mediante a comparação do previsto como o executado;

15.1.1.5. Segurança ocupacional no canteiro de obras;

15.2. Elaboração de Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços abaixo, contendo a sequência de etapas/fases/tarefas, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos:

- a) Apoio à fiscalização e supervisão técnica das obras;
- b) Descrição da metodologia de trabalho;
- c) Descrição do planejamento e da execução das atividades.

15.3. Elaboração de relatórios semanais e mensais de progresso das ações do programa - documento a ser apresentado pela contratada, que traduz o resultado semanal e mensal dos serviços ou de componente dos serviços, com fotografias digitais do andamento dos empreendimentos.

15.4. Relatório semanal de acompanhamento técnico da obra e serviços – deverá ser entregue semanalmente ao fiscal do contrato.

15.5. Relatório mensal de acompanhamento técnico da obra e serviços – deverá ser entregue mensalmente junto à medição.

15.6. O resultado da Consultoria de Interpretação de Projeto para Execução deverá ser entregue ao fiscal do contrato.

15.7. Material de Divulgação – materiais a serem elaborados para divulgação da obra, sob aprovação da CODEVASF.

15.8. Relatório Final - documento de produção previsto ao término dos trabalhos, no qual a contratada apresenta o relato de todos os serviços executados. Elaborar os Relatórios Finais com os desenhos “as built”.

## **16. APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS**

16.1. Os trabalhos de natureza técnica deverão observar as Normas e Manuais da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

16.2. As normas, em qualquer hipótese, antes de sua aplicação, estarão sujeitas à aceitação pela CODEVASF.

16.3. A Redação da documentação pertinente será obrigatoriamente apresentada na Língua Portuguesa, excluídos os eventuais termos técnicos específicos.

16.4. Os Relatórios de Execução de Serviços (Mensal, Anual e Final), bem como relatórios específicos solicitados, deverão ser emitidos pela Contratada em meio digital.

## 17. MULTAS

17.1. Nos casos de inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, cabe a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato, independente das demais sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

17.2. Nos casos de inexecução parcial do objeto, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor da parte não executada do contrato, sem prejuízo da responsabilidade civil e perdas das garantias contratuais.

17.3. Nos casos de atrasos na execução de serviços descritos no cronograma físico do objeto ou no atendimento às exigências contratuais e editalícias, por conta exclusiva da CONTRATADA, aplicar-se-á multa moratória conforme os graus de penalidades estabelecidos abaixo:

### Graus de Penalidade:

Grau 01 – multa de R\$ 100,00 (cem reais) por dia de atraso;

Grau 02 – multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia;

Grau 03 – multa de 0,2% por dia sobre o valor total do item estimado no cronograma físico-financeiro para o período;

Grau 04 – multa de 0,2% por dia sobre o valor contratual atualizado.

**Tabela 01 – Inadimplências e o respectivo grau de penalidade**

Inadimplências	Grau de Penalidade
a) Pelo não atendimento à determinação estipulada pela FISCALIZAÇÃO, no prazo por ela estabelecido, desde que seja comunicada à CONTRATADA através do registro no Livro de Ocorrências ou por outro documento escrito.	01
b) Pela não apresentação de itens exigidos em cláusulas editalícias ou contratuais, dentro do prazo estabelecido.	02
c) Por dificultar ou impedir o acesso da FISCALIZAÇÃO a documentos, materiais e canteiros de obras.	02
d) Pelo atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos no Cronograma Físico do objeto, desde que injustificados ou cuja justificativa não tenha sido aceita pela FISCALIZAÇÃO.	03
e) Pelo atraso na conclusão do objeto, em conformidade com o prazo contratado ou aditado.	04

17.4. Comprovando o impedimento ou reconhecida a força maior, devidamente justificados e aceitos pela FISCALIZAÇÃO, em relação a um dos eventos arrolados na Tabela 01, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.





- 17.5. Ocorrida a inadimplência, a multa será aplicada pela CODEVASF, após regular processo administrativo, observando-se o seguinte.
- a) A multa será descontada da garantia prestada pela contratada;
  - b) Caso o valor da multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente;
  - c) Caso o valor do faturamento seja insuficiente para cobrir a multa, a contratada será convocada para complementação do seu valor no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da convocação;
  - d) Não havendo qualquer importância a ser recebida pela contratada, esta será convocada a recolher à Gerência de Finanças da CODEVASF (AE/GFN), o valor total da multa, no prazo de 5 (cinco) dias, contado a partir da data da comunicação.
- 17.6. O licitante vencedor terá um prazo inicialmente de 10 (dez) dias úteis para defesa prévia e, posteriormente, diante de uma eventual decisão que lhe tenha sido desfavorável, terá mais um prazo de 10 (dez) dias úteis, contado a partir da data de cientificação da aplicação multa, para apresentar recurso à CODEVASF. Ouvida a fiscalização e acompanhamento do contrato, o recurso será encaminhado à Assessoria Jurídica da Superintendência Regional/Sede, que procederá ao seu exame.
- 17.7. Após o procedimento estabelecido no item anterior, o recurso será apreciado pela Diretoria Executiva da **CODEVASF**, que poderá aplicar ou não a multa.
- 17.8. Na hipótese de não aplicação ou de atenuação da multa, a Codevasf se reserva o direito de exigir o ressarcimento por eventuais perdas e danos decorrentes do inadimplemento de outras obrigações contratuais, não implicando tal medida em renovação contratual, tampouco em renúncia ou desistência dos direitos que lhe forem legalmente assegurados.
- 17.9. Caso a Diretoria Executiva mantenha a multa, não caberá novo recurso administrativo.
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO**
- 18.1. Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.
- 18.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Codevasf a promover a rescisão do contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe as condições contratuais.
- 18.2. A garantia a que se refere o subitem acima deverá ser entregue na Gerência de Qualificação Viária, pertencente à Área de Desenvolvimento e Infraestrutura da Codevasf.



- 18.3. A garantia na forma de Carta de Fiança Bancária ou seguro garantia, deverão estar em vigor e cobertura até o final do prazo previsto para assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato, devendo mantê-la atualizada a garantia até 90 (noventa) dias após o recebimento provisório do objeto contratado.
- 18.4. Após a assinatura do Termo de Encerramento Físico do contrato será devolvida a “Garantia de Execução”, uma vez verificada a perfeita execução do objeto contratual.
- 18.5. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela Codevasf, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da Codevasf.
- 18.6. A não integralização da garantia representa inadimplência contratual, passível de aplicação de multas e de rescisão, na forma prevista nas cláusulas contratuais.
- 18.7. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 18.8. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.
- 18.9. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:
- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
  - b) Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
  - c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e
  - d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.

## **19. FISCALIZAÇÃO**

- 19.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.
- 19.2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 19.3. A fiscalização deverá acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, como representante da CODEVASF, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado,

observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

- 19.4. Deverá esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da contratada ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.
- 19.5. Deverá checar se a contratada disponibilizou os equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.
- 19.6. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.
- 19.7. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.
- 19.8. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações solicitados pela contratada.
- 19.9. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 19.10. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 19.11. O fiscal do contrato terá 05 (cinco) dias úteis para analisar os relatórios e documentos apresentados pela contratada, contados do dia seguinte do recebimento destes.
- 19.12. Analisar e aprovar os relatórios mensal e final constantes do item 15. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises encaminhadas à contratada.
- 19.13. Notificar a contratada sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 19.14. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição com vistas a atender demandas de órgãos de controle interno e externo.



- 19.15. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 19.16. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 19.17. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 19.18. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 19.19. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências do sentido de liberação da garantia contratual em favor da contratada.
- 19.20. Receber as etapas dos serviços mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 19.21. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.
- 19.22. Receber, provisória e definitivamente, os serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 19.23. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais tenha sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 19.24. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 19.25. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.



## **20. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 20.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá apresentar todos os relatórios exigidos no item 15 deste TR, analisados e aprovados pela CODEVASF.
- 20.1.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.
- 20.1.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.1.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua designação.
- 20.1.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 20.1.5. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.
- 20.1.6. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela execução dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.
- 20.1.7. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
  - b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
  - c) Liberação da Caução Contratual.
- 20.1.8. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## **21. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

- 21.1. A Contratada deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, que altera a CLT, Portaria nº 3.214 do Ministério do Estado do Trabalho, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

## **22. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

22.1. A contratada, quando da execução dos serviços de acompanhamento objeto deste Termo de Referência, deverá estar atenta, se a execução do referido objeto está atendendo à legislação vigente que estabelece diretrizes para a sustentabilidade ambiental, no tocante a projetos, serviços de engenharia e aquisição de materiais, quais sejam:

22.2. Atender às diretrizes estabelecidas no art. 11, inciso IV, e no art. 20, inciso III, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que tratam da observância de critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica nas contratações públicas, bem como às disposições do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, no que couber, enquanto vigente.

- a) Nos termos do art. 4º do referido Decreto, consideram-se diretrizes de sustentabilidade, entre outras:
- b) Baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- c) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- d) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- e) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- f) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- g) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
- h) Origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras; e
- i) h) Utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.

22.3. Com base nas diretrizes supracitadas, atentar-se para o atendimento de alguns critérios estabelecidos na Instrução Normativa nº 1, de 19/01/2010 (MPOG), para a elaboração do projeto básico e/ou executivo, serviços de engenharia e aquisição de materiais, tais como:

- j) Uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes aonde for indispensável;
- k) Automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;
- l) Uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes;
- m) Energia solar, ou outra energia limpa para aquecimento de água;
- n) Sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;
- o) Sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;
- p) Aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;



- q) Utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção; e
- r) Comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço.

22.4. Ainda de acordo com a IN 01/2010, na elaboração do projeto básico e/ou executivo deverão ser observadas as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO e as normas ISO nº 14.000 da Organização Internacional para a Padronização (International Organization for Standardization).

22.5. Deverá atentar-se ao atendimento às diretrizes estabelecidas no art. 25 da Lei nº 14.133/2021, que trata da promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, especialmente no que se refere às seguintes diretrizes e requisitos:

- a) Disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;
- b) Mitigação por condicionantes e compensação ambiental, definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- c) Utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- d) Avaliação de impactos de vizinhança, conforme exigido pela legislação urbanística aplicável;
- e) Proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e
- f) Acessibilidade plena para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme os parâmetros técnicos estabelecidos em normas específicas.

22.6. O impacto negativo sobre os bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados deverá ser compensado por meio de medidas determinadas pela autoridade responsável, na forma da legislação aplicável.

22.7. Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde deverão ser adotadas as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
  - l) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.

- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
  - VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
- f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
  - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
  - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
  - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

22.8. Deverão ser observadas as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e suas alterações, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos

resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
- b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
- b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
- b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR n.ºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

22.9. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, deverá ser efetuado o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente

autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

22.10. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

22.11. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

### **23. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA CONTRATADA**

23.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Plano de Trabalho a ser aprovado pela fiscalização contendo o Plano de Logística da contratada para execução dos serviços, contendo a sequência de etapas/fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, mensurando o tempo a ser gasto em cada uma e os recursos materiais e humanos envolvidos, conforme o subitem 15.1.
- b) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima. O cronograma deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços, em função do planejamento previsto pela Contratada e dos fornecimentos de responsabilidade da CODEVASF, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.
- c) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução n.º 317 de 31/10/86.

23.2. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor



Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

- 23.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília – DF (ou Superintendência Regional).
- 23.4. Acatar as orientações da CODEVASF, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.
- 23.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal até o local dos serviços.
- 23.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.
- 23.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços dentro do prazo contratual.
- 23.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, necessária à execução dos serviços objeto do contrato.
- 23.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA.
- 23.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 23.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.
- 23.12. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a contratada deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de acordo com a cláusula contratual, que trata sobre “CAUÇÃO”.
- 23.13. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 23.14. Caso a contratada seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.





- 23.15. A Contratada será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 23.16. Corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.
- 23.17. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 23.18. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a CODEVASF e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a CODEVASF isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.
- 23.19. A CONTRATADA será responsável, perante a CODEVASF, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.
- 23.20. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.
- 23.21. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei n.º 12.846/2013 e do Decreto n.º 11.129/2022, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.
- 23.22. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:
- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF.
  - b) Normas técnicas da ABNT, INMETRO e DNIT, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- 23.23. A Contratada deverá disponibilizar para a equipe de Fiscalização da CODEVASF, veículo, em estado novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor





preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da CODEVASF, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.

- 23.24. A CONTRATADA deverá disponibilizar também veículos para equipe técnica conforme especificações constantes das Planilhas de Preços e Quantidades que integram o presente Termo de Referência.
- 23.25. Os veículos deverão ser identificados com as seguintes inscrições, em atendimento à Resolução n.º 9.674/01 – CODEVASF:

<p style="text-align: center;"><b>CODEVASF</b> <b>VEÍCULO A SERVIÇO DA CODEVASF</b> <b>EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS</b></p>
--

- 23.26. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com combustível e serviços gerais de manutenção dos veículos fornecidos durante todo o período de execução serviços, sendo que os custos das despesas estão previstos na Planilha Orçamentária.
- 23.27. Estes automóveis podem ser próprios da Contratada e/ou de empresa locadora legalmente constituída.
- 23.28. A Contratada deverá repor os veículos (automóvel) sem condições de uso no prazo máximo de 24 horas.
- 23.29. Responder pelos serviços definidos neste Termo de Referência e no edital, entre os quais a execução dos ensaios;
- 23.30. Responder pelo fornecimento frequente à fiscalização da CODEVASF, de informações e/ou relatórios contendo possíveis não conformidades quanto ao cumprimento pela(s) empresa(s) executora(s) da(s) Obras(s) de requisitos exigidos pela(s) Seguradora(s) na(s) Apólice(s) de Seguro de Risco de Engenharia, para o(s) correspondente(s) lote(s) de Obras, permitindo, em caso de necessidade, que a CODEVASF possa acionar a Seguradora quanto a(s) respectiva(s) Cobertura(s) do(s) Seguro(s) Garantia(s);
- 23.31. Manter instalado(s) e em plena(s) condição(ões) de operação e em local próprio da Supervisora, o(s) laboratório(s) exigidos no orçamento referencial do CODEVASF, durante todo o período (meses) em que o(s) mesmo(s) foi(ram) dimensionado(s);
- 23.32. A responsabilidade pela quantificação dos serviços executados para fins de medição dos serviços de elaboração dos projetos e de execução das obras;
- 23.33. A responsabilidade pela qualidade dos serviços executados;
- 23.34. Minutar Ordem de Paralisação a ser expedida pela Fiscalização do CODEVASF, para qualquer serviço que esteja sendo executado diferentemente das normas, manuais e especificações do CODEVASF, comprometendo a excelência da qualidade, a economicidade, a razoabilidade, a impessoalidade e a transparência da gestão pública. Corrigida a irregularidade, minutar Ordem de Reinício do Serviço a ser expedida pela



Fiscalização. Em ambos os casos, deverá ser dado ciência ao Fiscal do empreendimento, imediatamente após a constatação e/ou solução da irregularidade constatada;

- 23.35. Propor soluções de engenharia compatíveis ou superiores ao nível tecnológico requerido pelo gestor do empreendimento e que atendam as especificidades do terreno, do meio ambiente, da segurança e do conforto do usuário da rodovia;
- 23.36. Registrar no Diário de Obras todas as não conformidades e irregularidades constatadas na fase de elaboração dos Projetos de Engenharia e na fase de Execução das obras, assim como as providências adotadas para corrigi-las;
- 23.37. Apresentar ao Gestor do empreendimento, quando requerido, os remanescentes de todos os serviços, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis;
- 23.38. Executar o controle de qualidade e o controle do consumo dos materiais betuminosos utilizados na obra;
- 23.39. Verificar a efetividade da gestão da qualidade da(s) construtora(s), em especial pelo conjunto dos controles geométrico e tecnológico, cuja execução será de responsabilidade da Supervisora. À Supervisora caberá a realização dos ensaios necessários ao controle geométrico e de ensaios tecnológicos específicos a serem realizados em dependências próprias;
- 23.40. Verificar a qualidade da implantação do componente ambiental do projeto de engenharia;
- 23.41. Responder pela eficácia do cumprimento das medidas de redução de acidentes e pelo aumento da segurança de trânsito durante a Execução das obras, assim como, por aperfeiçoamentos e/ou correções de aspectos inadequados ou insuficientes, porventura, observados “in loco”;
- 23.42. Manter os elementos, dados, informações, registros, análises e conceituações sobre os Projetos Básico e Executivo, as obras e a(s) construtora(s) que vier(em) a ser apresentada(s) à Fiscalização do CODEVASF;
- 23.43. Responder pelas instalações completas de sua administração, laboratórios e demais infraestrutura necessária ao adequado acompanhamento e supervisão dos serviços de execução das obras, em local distinto do canteiro de obras da construtora;
- 23.44. Quando for o caso, colocar à disposição da fiscalização da CODEVASF os relatórios contendo a Avaliação dos Imóveis, Benfeitorias e Montagem dos Processos de Desapropriação da Faixa de Domínio/Servidão, elaborados pela empresa responsável pela elaboração do Projeto Executivo da Obra.
- 23.45. Manter a supervisão da obra com a interoperabilidade dos sistemas BIM para gestão de produtos entregues pela executora da obra/projeto.

## **24. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

- 24.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.



- 24.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.
- 24.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.
- 24.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.
- 24.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 24.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.
- 24.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

## **25. MATRIZ DE RISCO**

- 25.1. A matriz de risco está apresentada no anexo VII deste Termo de Referência com o objetivo de definir os riscos a que está exposta à execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação, dado relevante para sua identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para o dimensionamento das propostas pelas licitantes.
- 25.2. A contratada não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste cuja responsabilidade na Matriz é da CODEVASF.
- 25.3. A contratada é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, sem limitação, daqueles alocados para a contratada.
- 25.4. Constitui peça integrante do contrato a matriz de riscos, independentemente de transcrição no instrumento.
- 25.5. A contratada tem pleno conhecimento, quando da participação do processo licitatório, da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos e deve levar tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.
- 25.6. O termo risco no contrato é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do objeto contratual. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere impactos econômicos positivos ou negativos, bem como no prazo de execução do contrato.



- 25.7. Sempre que atendidas as condições do contrato e mantidas as disposições do contrato e as disposições da matriz de risco, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 25.8. A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.
- 25.9. Os casos omissos na matriz de risco serão objeto de análise acurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.
- 25.10. A referida matriz de risco é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas neste TR.

## **26. CONDIÇÕES GERAIS**

- 26.1. Todo o acervo de dados, assim com as estatísticas geradas de forma individual e coletiva e todo o material produzido e compilado durante a execução do Contrato serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.
- 26.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.
- 26.3. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas a execução das obras.
- 26.4. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou através de terceiros, da execução dos serviços prestados pela contratada, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.
- 26.5. A CODEVASF poderá revogar esta licitação quando nenhuma das ofertas satisfizer o objeto da mesma, ou anulá-la quando for evidente que tenha havido falta de competição e/ou quando caracterizado indício de colusão.
- 26.6. Fica garantido à CODEVASF, desde que justificado, o direito de, a qualquer tempo, desistir da celebração do contrato, escolher a proposta que julgar mais conveniente, ou optar pela revogação da licitação, no todo ou anulá-la em parte.
- 26.7. O contrato a ser assinado com a Licitante vencedora disciplinará os casos em que ocorrerá a sua rescisão, com a consequente perda da caução e, a juízo da CODEVASF, o alijamento da Contratada para com ela transacionar, independente de ação ou

interpelação

judicial

cabível.

- 26.8. Conforme previsto no Art. 77 da lei 13.303/2016, a Licitante será responsável por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do Estado onde o serviço estará sendo executado. A publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, no prazo de 20 (vinte) dias após a sua assinatura, será de responsabilidade do Contratante.
- 26.9. Estes Termos de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a Licitante vencedora, independente de transições. Na existência de divergências entre as diretrizes destes Termos de Referência e o Edital, prevalecem as do último.
- 26.10. Quaisquer dúvidas quanto aos procedimentos para execução de determinado serviço deverão ser esclarecidas junto à CODEVASF/Sede.
- 26.11. A Licitante deve considerar nos preços unitários correspondentes propostos, todos os materiais e serviços necessários, bem como, leis sociais, transporte, alimentação, seguros, lucro, despesas indiretas, etc.
- 26.12. Qualquer dúvida sobre as obras/serviços será dirimida pela FISCALIZAÇÃO, que se norteará pelos Termos de Referência, Especificações Técnicas, Cadernos de Encargos da CODEVASF e NBR em vigor.
- 26.13. A CODEVASF poderá ordenar à contratada a suspensão de qualquer trabalho que possa ser danificado ou prejudicado pelas condições temporárias ou de acordo com a sua conveniência. A CONTRATADA não terá o direito à reclamação judicial ou extrajudicial devido a este motivo.
- 26.14. O serviço que venha a ser rejeitado pela fiscalização, por estar em desconformidade com as especificações contratuais, deverá ser refeito pela contratada, sem quaisquer ônus adicionais para a contratante, conforme disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.15. Responsabiliza-se a licitante vencedora por quaisquer ônus decorrentes de danos que vier a causar à Codevasf e a terceiros, em decorrência da execução dos serviços objeto desta licitação, conforme previsto no art. 121 da Lei nº 14.133/2021.
- 26.16. A Contratada obriga-se a reportar à Fiscalização imediatamente qualquer anormalidade, erro ou irregularidades que possam comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades da CODEVASF.
- 26.17. A Contratada obriga-se a responder, por escrito, no prazo máximo de 48 horas, a quaisquer esclarecimentos de ordem técnica pertinentes aos serviços objeto do procedimento licitatório, que eventualmente venham a ser solicitados pela Fiscalização do Contrato.



- 26.18. A CODEVASF não fornecerá água, energia elétrica e telefone para realização das obras e serviços do objeto destes Termos de Referência. Tais insumos deverão fazer parte dos custos unitários apresentados pela Licitante.
- 26.19. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução das obras.
- 26.20. A contratada se responsabilizará pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na legislação federal, estadual e municipal em vigor, inclusive a Lei nº 9.605, publicada no D.O.U de 13 de fevereiro de 1998, e a Instrução Normativa Nº 01 de 19 de janeiro de 2010, em especial o Capítulo III – DOS BENS E SERVIÇOS – Art. 6º.
- 26.21. A Contratada compromete-se em aceitar, nas mesmas condições iniciais do contrato, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, dentro do limite permitido em lei, conservando ou aumentando o percentual de desconto ofertado no período da Licitação, conforme previsto no Art. 81, §1º, da Lei 13.303/2016 e Art. 14. do Decreto 7.983, de 08 de Abril de 2013.
- 26.22. Será de responsabilidade exclusiva da Contratada os custos resultantes da eventual destruição ou danificação, por terceiros, dos serviços executados, até a aceitação definitiva destes pela comissão de recebimento da obra.
- 26.23. Será de inteira responsabilidade da Contratada o pagamento, bem como as indenizações que possam vir a ser devidas a terceiros, decorrentes de serviços subcontratados pela Contratada.





## 27. ANEXOS

27.1. São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência:

- **ANEXO I:** JUSTIFICATIVAS
- **ANEXO II:** MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS
- **ANEXO III:** PLANILHAS DO ORÇAMENTO DE REFERENCIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO;
- **ANEXO IV:** PLANILHA DO PROPONENTE
- **ANEXO V:** ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS
- **ANEXO VI:** MANUAL DE USO DA MARCA DO GOVERNO
- **ANEXO VII:** MATRIZ DE RISCO
- **ANEXO VIII:** RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA AREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/Sede

Responsáveis pelas informações,

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**WANDERSON RODRIGUES DA ROCHA**  
Chefe Substituto da Unidade - AD/GQV/UGV

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**HELOISA DA SILVA PACHECO**  
Chefe Substituta da Unidade - AD/GQV/UIO

De acordo,

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**THIAGO FREITAS DE PORFÍRIO SOUSA**  
Gerente de Qualificação Viária - AD/GQV

Aprovado,

**ASSINADO ELETRONICAMENTE**  
**HENRIQUE DE ASSIS COUTINHO BERNARDES**  
Diretor - Area de Desenvolvimento e Infraestrutura/AD

## ANEXO I: JUSTIFICATIVAS

### **Finalidade:**

Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

### **Justificativas:**

A implantação de uma ponte em concreto armado sobre o Rio Melchior, na Região Administrativa de Ceilândia, no Distrito Federal, representa um avanço essencial para a mobilidade urbana e o desenvolvimento socioeconômico local. Ceilândia é uma das regiões mais populosas do DF, com intensa atividade comercial e forte demanda por infraestrutura viária adequada. Atualmente, a travessia do Rio Melchior é prejudicada por limitações estruturais que impactam diretamente o deslocamento da população, dificultando o acesso a serviços essenciais e prejudicando o escoamento da produção regional.

A contratação de serviços de apoio à fiscalização para a execução dessa obra é fundamental para garantir a conformidade com as normas técnicas vigentes, assegurando a qualidade, segurança e durabilidade da estrutura. A presença de equipe especializada permitirá o acompanhamento rigoroso das etapas de execução, mitigando riscos de falhas construtivas e evitando desperdícios de recursos públicos. Além disso, a fiscalização eficiente contribui para o cumprimento dos prazos estabelecidos, garantindo a entrega da obra dentro do cronograma planejado.

Do ponto de vista da vantajosidade para a administração pública, a contratação possibilita um melhor controle sobre a aplicação dos recursos, promovendo maior eficiência e transparência na execução dos serviços. A fiscalização qualificada reduz a necessidade de futuras manutenções corretivas, evitando custos adicionais e garantindo a economicidade a longo prazo. Adicionalmente, a melhoria na infraestrutura viária resultante da implantação da ponte impulsionará o desenvolvimento da região, facilitando o acesso da população e promovendo a valorização do entorno.

Dessa forma, a contratação dos serviços de apoio à fiscalização se apresenta como medida imprescindível para assegurar a adequada execução da obra, garantindo benefícios diretos para a população e eficiência na gestão pública. A nova ponte proporcionará maior segurança viária, otimização dos fluxos de transporte e fortalecimento das atividades econômicas locais, atendendo aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

### **Do Serviço de apoio técnico**

O serviço objeto deste Termo de Referência caracteriza-se como serviço especializado e temporário de Supervisão e Apoio à Fiscalização de Obras de Infraestrutura. Trata-se de uma contratação pontual e de duração limitada, voltada ao acompanhamento da qualidade dos materiais e serviços executados, com vistas à garantia da conformidade com as normas técnicas aplicáveis e à prevenção de falhas e retrabalhos. Inclui-se, ainda, o controle do cronograma físico-financeiro, assegurando a correta aplicação dos recursos públicos e a mitigação de atrasos na execução contratual, bem como a verificação das condições de segurança e da conformidade técnica em todas as etapas da obra. Complementarmente, compreende-se a elaboração de relatórios técnicos e pareceres destinados a subsidiar a tomada de decisão pela Administração Pública.



### **Modalidade Licitatória:**

A licitação será conduzida na modalidade PREGÃO, no MODO DE DISPUTA ABERTA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, fundamentada na Lei nº 13.303/2016, no Decreto nº 10.024/2019 e nas regulamentações correlatas.

A escolha dessa modalidade se justifica pela objetividade na comparação das propostas, dado que os serviços de apoio à fiscalização de obras de engenharia possuem padrões de desempenho e qualidade previamente definidos. O pregão assegura transparência, competitividade e economicidade.

A fundamentação legal inclui:

- Acórdão TCU nº 713/2019 – Determina o uso do pregão para serviços comuns de engenharia.
- Inciso IV do Artigo 32 da Lei nº 13.303/2016 – Prevê a licitação para fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras, desde que haja viabilidade competitiva.

### **Regime de execução:**

Empreitada por Preços Unitários.

Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições dos serviços efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada, uma vez que os quantitativos dos serviços podem variar conforme as condições encontradas durante a execução das obras. A modalidade a ser empregada para a licitação é o Pregão Eletrônico, tipo MENOR PREÇO.

### **Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo de 8 (oito) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes por 8 (oito) meses, conforme consta nos Termos de Referência. A previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

### **Critério de Julgamento:**

Menor Preço, de acordo com a Lei nº 13.303/2016, de 30 de junho 2016.

### **Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

### **Garantia de Execução (caução):**

É necessário, para fins de emissão da Ordem de Serviço, que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

### **Qualificação Técnica:**

O critério adotado para habilitação da capacidade técnica da empresa licitante foi meramente quanto à especificidade técnica dos serviços a serem executados, exigindo comprovação com relação aos serviços mais relevantes técnica e quantitativamente, de forma a comprovar a



capacidade da empresa em executar com segurança e qualidade o objeto do presente Termo de Referência.

### **Critério de Medição:**

Considerando o entendimento do TCU (Acórdão nº 648/2025 – Plenário) e o disposto na Lei nº 9.784/1999, adota-se a medição mensal com base nos serviços efetivamente executados, por refletir com mais precisão o andamento das obras e das atividades prestadas. Por se tratar de contrato com prazo determinado, vinculado ao cronograma da obra, não é tecnicamente viável a adoção de critérios baseados exclusivamente na entrega de produtos. A forma adotada assegura controle adequado da execução, equilíbrio econômico-financeiro e conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e economicidade.

### **Da não admissão da participação de empresas, sob a forma de consórcio e da não admissão de “subcontratação”:**

Por se tratar de licitação de objeto único que não envolve especialidades de ramos distintos, a participação sob o regime de consórcio não é justificada. Elucidamos ainda que, como não se trata de metodologia de execução de alta complexidade, o objeto a ser licitado não se enquadra sob o formato de licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados e, portanto, dispensa a permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece IN 05/2017.

### **Do valor e modo de disputa “Aberto”:**

Consoante ao art. 25 do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, por não se tratar de informação imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado, cuja divulgação ou acesso irrestrito possam:

- I - Pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - Prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País;
- III - Prejudicar ou pôr em risco informações fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- IV - Pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- V - Oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- VI - Prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VII - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VIII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- IX - Comprometer atividades de inteligência, de investigação ou de fiscalização em andamento, relacionadas com prevenção ou repressão de infrações.

Elegeram-se pela divulgação do valor máximo aceitável para a contratação, bem como pelo modo de disputa aberto.



**Participação de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte:**

As microempresas e empresas de pequeno porte poderão participar desta licitação em condições diferenciadas, uma vez que o item tem valor estimado inferior à receita bruta máxima permitida para o enquadramento como empresa de pequeno porte, que é de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais). Portanto, se aplicará o tratamento diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar 123/2006.



## ANEXO II: MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (NOME DE EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_/\_\_/202\_\_

---

Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_





**ANEXO III: PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**



**ANEXO IV: PLANILHA PROPONENTE  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**



**ANEXO V: ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**  
**(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**



**ANEXO VI: MANUAL DE USO DA MARCA DO GOVERNO  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**



**ANEXO VII: MATRIZ DE RISCOS**  
**(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**



**ANEXO VIII: RELAÇÃO DE MUNICÍPIOS NA AREA DE ATUAÇÃO DA CODEVASF/Sede  
(FORNECIDO EM ARQUIVO DIGITAL SEPARADO)**